

Êxodo rural feminino em cidade pequena: um estudo da mudança na vida de mulheres em Muzambinho-MG

Letícia Almeida Araújo²
Ana Rute do Vale³

Introdução

As pesquisas científicas que tratam de mulheres que vivem e trabalham no campo, por vezes, mostram uma condição desigual na divisão sexual do trabalho, do reconhecimento e valorização pelos membros familiares e pela sociedade. As mulheres estão em todas etapas de produção de culturas no campo, na administração de afazeres e cuidado com a casa e os filhos, e por muito tempo não tiveram sua existência estudada ou registrada, seu trabalho valorizado ou reconhecido. Muitas vislumbram na cidade uma oportunidade de independência financeira, e condições mais igualitárias e justas de vivências.

Esse estudo, traz resultados da pesquisa de dissertação de Araújo (2021). Nesse trabalho, foram apresentadas mulheres que, em algum momento de suas vidas, viveram no campo e depois migraram para a cidade no município de Muzambinho. De início, aparenta-se tratar apenas de um deslocamento espacial movido a interesses individuais, mas cada realidade espacial é carregada de complexidades e fenômenos que se interligam e que tornam a Geografia a ciência necessária para interpretá-los. Assim, foi necessário conhecer sobre o município estudado, compreender como era a vivência da mulher no campo, os fatores que influenciam a migração de mulheres para a sede do município e se as relações socioespaciais e de trabalho se alteram a depender de se especializar no campo ou na cidade.

Para a realização da pesquisa, além da busca bibliográfica, realizou-se o trabalho a campo, no qual foi utilizada a técnica de entrevista. Para Duarte (2004, p. 215), se as entrevistas forem bem realizadas, permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de “mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade” e também “levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo”, que se tem dificuldade, geralmente, de se obter os mesmos resultados com outras técnicas de pesquisa.

² Mestra pela UNIFAL. E-mail: araujo.leticia.almeida@gmail.com

³ Professora Doutora na UNIFAL. E-mail: ana.vale@unifal-mg.edu.br

O público-alvo das entrevistas foram mulheres que vivem na cidade e vieram do campo em algum momento de suas vidas e que residem hoje em diferentes bairros da cidade. Desse modo, a amostragem da pesquisa não foi aleatória, sendo, portanto, uma amostragem intencional. A intencionalidade torna uma pesquisa mais rica em termos qualitativos. O emprego deste tipo de amostra requer conhecimento da população e dos elementos selecionados (OLIVEIRA et al., 2012).

Assim, o contato com essas mulheres se deu a partir de indicações das próprias moradoras, uma vez que, pelo fato de Muzambinho ser um município pequeno, com relações interpessoais muito acentuadas, esse contato foi possível. É válido registrar que muitas entrevistadas indicaram outras mulheres do próprio bairro, vizinhas, colegas de trabalho e mulheres pelas quais tinham algum laço afetivo ou relação de parentesco.

Essa amostragem é caracterizada como “bola de neve”. Nesse caso, a amostragem inicia-se com o auxílio de pessoas que atuam como sementes e ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a definir o grupo a ser pesquisado. Em seguida, é solicitado que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente. Dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (VINUTO, 2014). Eventualmente, o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. Esse entendimento de que os objetivos já foram encontrados com o número de pessoas entrevistadas é uma técnica de pesquisa conhecida como saturação.

A escolha das mulheres entrevistadas ocorreu a partir da indicação de outra mulher entrevistada. Foram duas mulheres “sementes” - de acordo com a técnica de pesquisa de bola de neve, próximas à pesquisadora que foram entrevistadas e, em seguida, sugeriram outros nomes de mulheres que viveram no campo e hoje moram na cidade. Assim, com o contato da próxima mulher, a entrevista era agendada. Aconteceu dessa forma com as 20 mulheres, com idades entre 26 e 86 anos, que vivem em diferentes bairros da cidade. Esse número foi considerado suficiente para se obter uma grande e importante quantidade de informações para pesquisa, atingindo um quadro de saturação em que as respostas começam a apresentar repetições dos resultados esperados.

A escolha do município de Muzambinho para identificar os papéis que as mulheres passaram a assumir no espaço urbano, deu-se pelo número ainda pequeno de pesquisas na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, sobretudo nessa temática, e também por se buscar identificar se o fato de o município ser pequeno, caracterizado pelas relações estreitas

entre o rural e o urbano, interfere no modo que a mulher vai atuar na cidade. Em grandes centros urbanos, as mudanças para as mulheres que migram podem ser mais significativas, daí a importância de entender a especificidade desse processo em uma cidade pequena.

Isso posto, esse capítulo, além da introdução e das considerações, se estrutura a partir de uma breve caracterização do município de Muzambinho no contexto de uma pequena cidade que tem estreitas ligações com o campo, sobretudo pela importância da cafeicultura; depois faz uma análise sobre mudança que ocorreram nas relações de trabalho na vida das mulheres que migraram do campo para a cidade e, por fim, a mudança socioespacial provocada na vida dessas mulheres.

Muzambinho: contexto de uma cidade pequena ligada ao campo

Muzambinho, dentro dos aspectos populacionais, é considerada uma cidade pequena, que no contexto de rede urbana do sul de Minas, obedece a certas hierarquias de cidades médias e polos regionais. No entanto, não perde sua importância na dinâmica local e microrregional.

É um município que se localiza na mesorregião Sul/ Sudoeste de Minas Gerais (figura 1). A sua população, estimada em 2020, é de 20.545 habitantes. A área do município é de 414,0 km² e a densidade demográfica de 49,84 hab./km². Tem uma altitude média de 887 metros e uma temperatura média anual de 18°, com uma precipitação média anual de 1605 mm, fatores climáticos que acabam contribuindo para que, dentro do aspecto produtivo, a cafeicultura se destaque (IBGE, 2020).

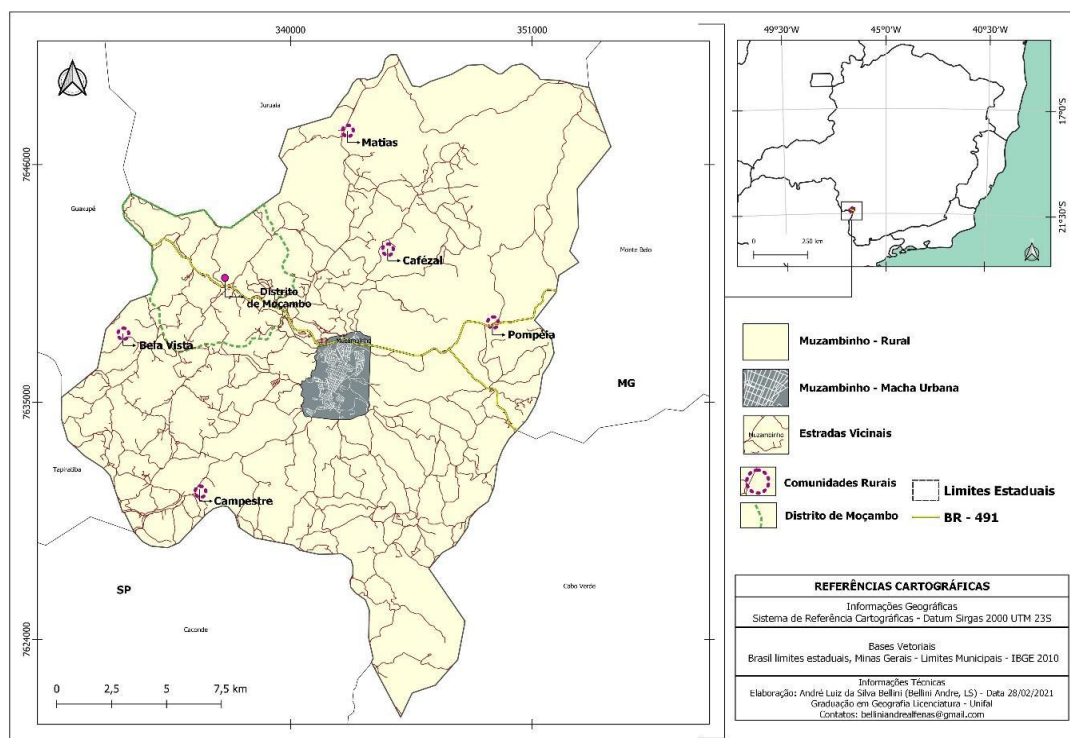


Figura 1- Mapa de localização geográfica do município de Muzambinho/MG.

Fonte: IBGE; IGTEC-MG. Org.: André Luiz da Silva Bellini (2021).

Na cidade de Muzambinho, a arquitetura de muitas casas, exceto as de construção recente, revela uma ligação do rural no urbano: a preservação em estilo colonial, com janelas e portas grandes, de acesso direto ao passeio, e ruas largas, sem muros ou portões, é herança de um modo de vida pacato e de apego às relações interpessoais dos primeiros moradores que vieram do campo, sem barreiras para conversar com vizinhos ou observar o movimento da rua (FIGURA 2). Há, também, uma diversidade de estabelecimentos que valorizam a culinária com produtos do campo e, aos sábados, ocorre a tradicional feira local com agricultores vendendo seus produtos na cidade (ARAÚJO, 2021).



Figura 2- Casas em estilo colonial na área urbana do município de Muzambinho

Fonte: Letícia Almeida Araújo (2020)

As festividades, em sua maioria, são de cunho religioso, como as que acontecem no campo com quermesses em dias considerados santos pela Igreja Católica, e as Companhias de Folia de Reis que, embora em número reduzido, mantém a tradição dos antepassados. Festas que remetem diretamente o mundo rural também são comuns na cidade, como a chamada “Queima do Alho”, em referência aos tropeiros antigos da região e o “Encontro de Cavaleiros”, uma festa de rodeio, onde muitas pessoas se vestem a caráter e preservam as tradições da cultura rural do município, embora com muitos elementos agregados da cultura country norte-americana, hoje comuns no país.

A história de Muzambinho está vinculada à produção de café. A cafeicultura foi a responsável pelo crescimento populacional e econômico da cidade, especialmente com a chegada dos imigrantes italianos que vieram para trabalhar na lavoura no final do século XIX (MAGALHÃES, 2008).

Em pesquisas realizadas por Barbieri et al (2011), foi possível avaliar que mais de 80% dos produtores de 30 bairros rurais em Muzambinho tinham como renda principal a cafeicultura. Dos 1.185 estabelecimentos agropecuários estudados em Muzambinho, 89% dos produtores rurais eram proprietários e gestores das terras, 6% eram parceiros, e 2% arrendatários, demonstrando que a tradição familiar é forte e permanece no campo, com os próprios moradores gerenciando suas propriedades, poucos trabalhando para terceiros. A grande maioria, 92% dos produtores informados, era do sexo masculino, 47% tinham como nível de escolaridade apenas o ensino primário, 14% concluíram o ensino médio e menos de 1% possuíam nível superior de formação (IBGE, 2017), o que não significa a ausência de mulheres no campo em Muzambinho, mas sim que, ainda hoje, os responsáveis pelas terras legalmente são majoritariamente os homens.

Dos produtores entrevistados, 56% possuíam idade entre 45 e 65 anos, 1% era de menores de 25 anos e 7% eram acima dos 75 anos de idade. A baixa presença de jovens no campo é um indicativo de que essa faixa etária não encontra condições e motivações para permanecer no campo, embora, pelos dados apresentados no censo, a condição dos moradores do campo em Muzambinho, de maneira geral, não seja precária, a ponto de 77% dos produtores não recorrerem a financiamentos ou empréstimos bancários (IBGE, 2017). O que não quer dizer que represente a totalidade, mas pode demonstrar que a condição de uma mulher que vive no campo hoje pode ser diferente da mulher que vivia no campo em Muzambinho no passado, interferindo também nas suas motivações para migração.

O censo mostrou, também, que 85% dos estabelecimentos utilizam as terras com lavouras permanentes, especialmente o café, com 82%. Do grão verde café arábica, 83% possuem estabelecimentos agropecuários com 50 pés ou mais de café, sendo que 74% fazem uso de agrotóxicos, característicos de um modo de produção convencional que visa a produtividade para venda rápida no mercado (IBGE, 2017).

Sobre o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, um total de 4.096 pessoas, 62% possuem laços de parentesco com o produtor, o que confirma a tradição da agricultura familiar no campo em Muzambinho, sendo que 70% são do sexo masculino e 30% do sexo feminino. Sem laços de parentesco com o produtor, são 1556 pessoas, sendo 82% de trabalhadores temporários, 13% permanentes e 4% de parceiros (IBGE, 2017). Esse número expressivo de trabalhadores temporários ocorre principalmente na época da colheita do café, especialmente nos meses de maio a setembro.

A permanência da cafeicultura como uma das principais atividades agrícolas da região deve se estender por um longo tempo, uma vez que o relevo acidentado dificulta a

substituição da cultura do café por outras mais passíveis de mecanização. O que não se pode esquecer é que “as estruturas globais se generalizam nos modos de produção da vida material e nas consciências dos sujeitos, mas as forças locais sobrevivem e resistem em ser deslocadas”, fazendo com que, dentro da cafeicultura, os agricultores familiares passem a encontrar saídas para sobreviver em um contexto de economia mundializada (SOUZA; FREITAS, p. 76, 2015).

Desse modo, em diferentes níveis, o contexto da cafeicultura forneceu as bases para o desenvolvimento e urbanização das cidades no Sul de Minas e ainda influencia o modo de vida, a cultura e as relações econômicas, como visto em Muzambinho. Faz-se necessário compreender, também, que mesmo apresentando uma característica rural forte em vários aspectos vistos, a cidade apresenta uma estrutura urbana que não deixa de ser importante dentro de uma rede de cidades, mesmo quando considerada uma cidade pequena.

Corrêa (1997) evidenciou que um dado espaço geográfico pode estar inserido em distintas redes. Assim, uma cidade além de poder se converter em nó de uma rede, pode fazer parte de outras ligações e conexões em diferentes escalas e contextos. Sposito (2010) complementa que entender as cidades no contexto de uma rede urbana pode ser importante para o fortalecimento e integração de uma cidade média e uma cidade pequena.

Há cidades médias que desempenham papéis regionais, relativamente a um grande número de cidades pequenas, cujas atividades econômicas, ainda que predominantemente agropecuárias, estão fortemente sediadas em termos de origem dos capitais e de poder político, nas escalas local e regional. Quando isso ocorre, fortalecem-se as cidades pequenas, tanto quanto a cidade média que amplia seus papéis de intermediação entre as menores e as maiores cidades da rede urbana. (ibidem, p. 57)

Não se pode pensar uma cidade média sem entender as dinâmicas que acontecem nas cidades pequenas sob sua área de influência, assim como não se pode realizar um estudo de cidades pequenas sem entender o contexto regional ou até mesmo nacional em que está inserida, nem descartar o aspecto global que influi em suas dinâmicas, pois, ao se desconsiderar essas relações, se desconsidera toda uma rede que atua nos movimentos e expressões interpretativas das diferentes realidades espaciais existentes (SPOSITO, 2010).

A análise do papel de Muzambinho dentro de uma rede urbana que contempla cidades médias com as quais se relaciona pode ser realizada a partir de informações fornecidas pelo Regic – Região de Influência das Cidades, um estudo produzido pelo IBGE que contribui de forma significativa para a metodologia de estudo da rede urbana. Muzambinho, nesse estudo, é classificado como um centro local por suas características

demográficas e de posição geográfica na rede urbana da qual participa. Assim, a cidade tem seu papel em uma rede de cidades médias que a influenciam diretamente e exerce também certa influência nas cidades menores de seu entorno, que a enxergam como mediadora e prestadora de alguns serviços que elas não oferecem.

De acordo com o Regic (2018), os municípios que recebem influência de Muzambinho, são: Alterosa-MG (14.517 habitantes), Areado-MG (15.181 habitantes), Cabo Verde-MG (14.075 habitantes), Conceição da Aparecida-MG (10.322 habitantes), Juruaia-MG (10.681 habitantes), Monte Belo-MG (13.152 habitantes), Nova Resende-MG (16.832 habitantes) e São Pedro da União-MG (4.610 habitantes), populações estimadas pelo IBGE (2020). São cidades pequenas baseadas em uma economia rural, com uma ruralidade presente e ainda bem expressiva no espaço urbano, com relações interpessoais acentuadas e consideradas, dentro da hierarquia de redes, como centros locais.

Desse modo, mesmo dentro de uma rede que segue hierarquias, a cidade pequena vai expressar sua centralidade, vai funcionar como uma área de influência para alguma outra localidade ou suprir em determinados aspectos suas próprias demandas internas, pois “a centralidade é desigual, diferenciada, múltipla. As pequenas e médias cidades podem ser centralidades” (DAMIANI, 2006, p. 145). Assim, Muzambinho mesmo enquanto cidade pequena, se torna uma alternativa para famílias e mulheres do campo que buscam novas oportunidades, principalmente em busca de emprego e autonomia financeira.

A mudança nas relações de trabalho na vida das mulheres que migraram

A decisão de deixar o campo, construir uma nova vida na cidade, passa por questões complexas que vão além de escolhas pessoais. Muitas vezes, a situação imposta às famílias rurais não garante alternativas de sobrevivência. A modernização capitalista do campo e a falta de incentivo a pequenos produtores modificaram o cenário econômico das famílias. Nesse processo, as mulheres – sobretudo as jovens –, que se sentem menos valorizadas no trabalho agrícola, são as primeiras da família a trocar o campo pela cidade, representando, em geral, a maioria a praticar o êxodo rural no Brasil.

Mesmo no caso das cidades pequenas, esse fenômeno acontece, embora de maneira não massiva, pois as oportunidades de empregos são mais restritas, relacionadas principalmente ao setor de serviços, principalmente os domésticos e o comércio. Ainda assim, a situação das mulheres pode ser melhor do que no campo, se considerarmos que o fato de terem seu próprio salário significa maior autonomia sobre suas decisões pessoais,

mesmo quando migram casadas. Obviamente isso não significa que as marcas do patriarcado e do machismo não existam na cidade, ainda mais nas menores interioranas.

Esses processos migratórios que podem ser coletivos ou individuais são marcantes para as mulheres, pois, de acordo com Lisboa (2006, p. 151), “as principais causas das migrações estão ligadas à luta pela sobrevivência, oportunidade de trabalho, de estudo e conquista da independência em relação à opressão ou violência”. Para autora, a migração de mulheres pode representar a fuga de uma estrutura patriarcal.

Os estudos sobre migração também têm negligenciado as estatísticas sobre o fluxo crescente de mulheres que entram anualmente no mercado de trabalho, bem como a mobilidade interna e externa das mesmas, que saem de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida ou fugindo de diferentes formas de opressão e exploração; é importante considerarmos, também, que o processo de migração para as mulheres significa, muitas vezes, a fuga de uma estrutura social patriarcal com rígidas noções do que constitui “propriedade” em relação à mulher. Em geral, a mulher pobre, índia, negra ou mestiça não tem direito à herança e à propriedade de terras no campo nem quando casa e muito menos quando se separa (ou divorcia), configurando-se uma articulação entre as categorias gênero, classe e etnia (Ibidem, p. 162)

Quando se trata do êxodo feminino da agricultura, Brumer e Anjos (2005) consideram que migram aqueles que não encontram condições de se desenvolver no campo e, nesse aspecto, as mulheres possuem um histórico de não herdarem terras por não terem seu trabalho reconhecido. A herança da terra é deixada para homens que realizam, dentro dessa visão, o trabalho produtivo. A intensificação da concentração fundiária e da mecanização agrícola no campo excluiu gradativamente os pequenos agricultores que vendiam sua força de trabalho. As mulheres acabaram sendo as mais prejudicadas, pois antes já encontravam dificuldades com relação à valorização de seu trabalho e, com esse processo, foram mais excluídas. O resultado é um campo cada vez mais masculinizado, com a expulsão feminina da esfera agrária e a reafirmação do patriarcado.

Assim, para conter o fluxo de migração das mulheres do campo, são necessárias políticas públicas direcionadas às mesmas, ou seja, oportunidades de trabalho bem remunerado, acesso a incentivos exclusivos para produção agrícola feminina, oportunidade de estudo e programas voltados para superação dos diversos tipos de violência intrafamiliar (LISBOA, 2006).

Os dados do estudo de Araújo (2021), mostraram que a média de idade a qual as mulheres entrevistadas apresentavam quando migraram para cidade em Muzambinho era de

24,5 anos, a maioria era de uma faixa etária jovem, com os extremos entre 14 e 55 anos. A quantidade de tempo em que vivem na cidade desde que migraram apresentou bastante variações, entre uma mudança recente de 6 meses, até mulheres que migraram há 60 anos. Dessas mulheres, 70% migraram com familiares e 30% sozinhas.

Assim, quando questionadas sobre os motivos que as levaram a mudar para cidade, as respostas foram diferenciadas e, obviamente, baseadas na experiência de cada mulher. Algumas motivações acabaram sendo semelhantes em alguns pontos, como o anseio de continuar os estudos ou dar uma educação para os filhos que não eram possíveis no campo.

Trabalho e estudo. Porque na roça a gente já não tinha oportunidades de estudo, não tinha o ensino médio lá, quanto menos trabalho. Então meus pais vieram para cidade também, para gente poder ter essa oportunidade, só que meu pai continuou trabalhando na roça. (ENTREVISTADA 5- 28 anos).

Ah porque na cidade as coisas são tudo mais fáceis, né? Precisava de remédio, comida, roupa, tudo já estava aqui, os meninos iam terminar o ensino médio, não sei se ia querer estudar mais, trabalhar, aí na roça eu vi que eles já não estavam querendo muito. (ENTREVISTADA 13 - 47 anos).

Outra motivação muito citada entre as entrevistadas foi a busca de um trabalho remunerado na cidade. A falta de oportunidades para as mulheres no campo, somada a uma estrutura patriarcal, que, como exposto na tabela 4, faz com que os homens representem mais de 90% dos proprietários rurais em Muzambinho. Isso, aliado a fatores como as mulheres no campo comumente conseguirem ganhar dinheiro apenas na época de colheita de café, faz com que muitas procurem novas oportunidades na cidade ou que acompanhem os maridos nessa busca também. “Eu vim morar sozinha para trabalhar, porque lá na roça, serviço para mim só tinha mesmo na época de panha, tirando isso não tinha, então eu vim para trabalhar” (ENTREVISTADA 1, 35 anos). “Foi por conta de serviço, pro meu marido procurar trabalho, porque a renda de lá era muito pouca, eu estava grávida, a gente veio para buscar outras oportunidades” (ENTREVISTADA 12, 76 anos).

Depois, os outros motivos citados tiveram razões mais pessoais e também de falta de assistência médica no campo, como a vontade pessoal de viver na cidade, mas esperar a aposentadoria que viria pelo trabalho no campo, a oportunidade de abrir um negócio na cidade, ou, ainda, questões mais dolorosas, como perdas de familiares e problemas de saúde que exigissem estar mais perto dos centros médicos de tratamento:

Porque eu estava grávida, passava muito mal, precisava sempre de médico por causa da minha pressão, aí meu marido conseguiu um serviço no almoxarifado na época, aí a gente veio, mas ele ia sempre pra roça pra cuidar do café. (ENTREVISTADA 16, 77 anos).

Desse modo, para Silva (2009, p. 37), as cidades “se converteram em fértil campo de investigações feministas, justamente porque nessa escala espacial é possível compreender vários elementos simultâneos - como os aspectos sociais e econômicos - que compõem a vida das mulheres”, antes ignorados por teorias elaboradas por homens.

Da maneira como se configura, a divisão sexual do trabalho fornece menor acesso das mulheres a recursos relevantes como tempo e espaço. Além de colaborar para o entendimento de que mulheres e homens possuem diferentes papéis, situando as mulheres ao mundo doméstico e desconsiderando seu trabalho não remunerado (BIROLI, 2018).

O trabalho não remunerado é aquele que está implícito na criação dos filhos e no cotidiano das tarefas domésticas, que permite que os homens possam trabalhar fora e que se engajem no trabalho remunerado. Essa gratuidade do trabalho das mulheres é expressa principalmente pelo casamento. Esse trabalho das mulheres, que não é valorizado em casa, passa, no entanto, a ter valor econômico fora dela, quando atende às necessidades de outras pessoas que não as do marido (Ibidem, 2018).

Durante a entrevista, as mulheres que migraram para a cidade foram questionadas se existe algum tipo de divisão das atividades domésticas entre os membros da família, se mudou alguma dinâmica em comparação de como era no campo. As respostas evidenciaram que o trabalho não remunerado continua sendo, em grande parte, de responsabilidade da mulher. Algumas relataram que na cidade ainda recebem mais apoio e observam os maridos e companheiros fazendo mais atividades do que pais ou irmãos quando estavam no campo. Esse aspecto foi mais recorrente das entrevistadas mais jovens, o que pode indicar uma pequena abertura de mudanças ou reflexões desses papéis nas diferentes gerações. Quando a mulher também trabalha fora do ambiente familiar, outras concepções são criadas. Mas, no geral, o relato é que a sobrecarga de todas as tarefas do domicílio e do convívio familiar ainda continua sobre a mulher: “Diferente do meu pai e do meu irmão quando a gente estava na roça, hoje meu marido se envolve, mas a grande parte continua sendo de minha responsabilidade.” (ENTREVISTADA 4, 28 anos); “Mudou um pouco porque os serviços aqui na cidade são um pouco menos, e meu companheiro me ajuda um pouco também, e na roça meus irmãos e meu pai não varriam um chão, nada.” (ENTREVISTADA 20, 33 anos); “No campo era eu e a mãe, aqui continua sendo eu. Coloco meu filho pra lavar uma louça, varrer uma casa, mas é como se tivesse pedindo algo impossível, é uma reclamação que só, que eu até desisto.” (ENTREVISTADA 14- 45 anos); “Não mudou nada não. Eu ainda faço todos os serviços de casa. Eu coloco meus filhos e marido para ajudar, mas o trabalho maior ainda é meu.” (ENTREVISTADA 19, 38 anos).

A realidade das mulheres trabalhadoras, produtoras, reprodutoras da força de trabalho, pode ser ainda mais dificultada pela sua condição de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, idade, religião e outros aspectos de identidade que intensificam a assimetria das relações de gênero, já controladas pelo capital. Quando essas mulheres são mães, a relação patriarcal se evidencia nas relações de trabalho.

A recusa de um emprego, por parte de uma mulher, por não haver creche para deixar os filhos, ou as faltas seguidas ao trabalho quando os filhos pequenos adoecem- o que pode acarretar a perda do emprego ou limitar a ascensão profissional- só poderão ser tratadas como “escolhas” se for desconsiderado o contexto em que estas se realizam ou se fizer de conta que não existem crianças pequenas que precisam de cuidado. Como compreender a posição desigual das mulheres na esfera doméstica e na pública sem levar em consideração que elas são orientadas a assumir determinadas responsabilidades e desempenhar um conjunto de funções no cotidiano? (BIROLI, 2018, p. 58).

As mulheres negras geralmente ocupam os postos dos trabalhos domésticos, enquanto as brancas os cargos de maior visibilidade pública. No entanto, “as situações de opressões, discriminações e violências são sofridas pelas mulheres, uma vez que a origem desses problemas está no bojo da sociedade patriarcal, que privilegia os homens, especialmente os adultos, os brancos e ricos”. O que se percebe é que “o discurso de subalternidade e dominação sobre as mulheres está presente na construção dos espaços urbanos, rurais, públicos e privados” (SANTOS, 2020, p. 234).

Assim, para Saffiotti (2013, p. 128), “seria ilusório, entretanto, imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente”. Embora a emancipação econômica da mulher seja a primeira de sua libertação, não constitui sozinha esta libertação integral, por isso a importância de se entender conjuntamente com as relações patriarcais.

A partir dessas considerações, foi necessário investigar, durante a entrevista com as mulheres que migraram do campo para cidade em Muzambinho, se elas conseguiram trabalhar com remuneração, se foi fora do ambiente familiar, em qual área, se foi com carteira assinada e se possuem alguma renda extra.

Do total das 20 mulheres entrevistadas, 11 conseguiram um trabalho remunerado na cidade quando migraram (55%) e, pela faixa etária delas, ainda exercem as atividades, com registro na carteira de trabalho, oportunidades que talvez não tivessem no campo. Essas mulheres relataram que conseguiram se empregar em trabalho remunerado na cidade, sendo esse o anseio de muitas quando migraram. No entanto, isso não significa que todas elas tiveram a mesma oportunidade, mas alguns elementos podem ser notados, como o fato de

essas mulheres ocuparem poucos cargos de chefia ou poucos cargos com valorização profissional. Com exceção das microempresárias, que nesse caso são proprietárias de loja e de correspondente bancário, a maioria das mulheres teve sua oportunidade de trabalho no comércio que, era uma das áreas que mais empregava mulheres em Muzambinho (41%). Muitas das mulheres também trabalham como domésticas, outra área em que 96,7% das empregadas nesse setor eram mulheres.

Dessas 11 mulheres, 5 possuem uma renda considera como extra ou informal, por meio da venda de quitandas (bolos, pães, biscoitos, pão de queijo) que preparam em casa e vendem para amigos, parentes e conhecidos, divulgadas pelas redes sociais e por recomendação dos conhecidos, como relatado por 3 das entrevistadas. Uma das entrevistadas relatou que revende produtos de perfumaria de uma marca de revista popular para amigas e também para os clientes que frequentam a loja na qual trabalha. Outra relatou que realiza reparos em peças de roupas em sua própria casa para vizinhos e conhecidos.

As outras 9 mulheres entrevistadas já são aposentadas, sendo que 2 nunca trabalharam fora do ambiente familiar e se aposentaram por idade. Os motivos de nunca terem a oportunidade de possuir um trabalho remunerado estavam relacionados à casa e ao cuidado com os filhos, que quando já estavam independentes, elas já não encontraram motivações e oportunidades para entrar no mercado de trabalho. Outras 4 mulheres, mesmo trabalhando com remuneração em algum período da vida, acabaram se aposentando por idade, uma vez que não foi possível contar o tempo de serviço, em decorrência da não assinatura em carteira de trabalho enquanto trabalhavam como empregadas domésticas, cuidadoras de idosos, babás e costureiras autônomas. No caso das empregadas domésticas, vale ressaltar que a lei que regulamenta a profissão de doméstica (Lei Complementar Nº 150, de 1º de junho de 2015) foi aprovada apenas recentemente. Uma das entrevistadas conseguiu se aposentar como trabalhadora rural no campo, com 55 anos, em seguida migrou-se para a cidade.

Das mulheres aposentadas entrevistadas, 3 possuem renda extra ou informal, uma através da revenda de lingerie de um fabricante de Juruia-MG para vizinhas e conhecidas. Das outras duas, uma vende leite na cidade, que é trazido da propriedade rural familiar onde continuam criando gado, e a outra produz e vende salgados de festa.

Como o anseio de algumas mulheres com a migração era o de se sentirem valorizadas, ter o reconhecimento do seu trabalho na cidade, foi questionado a elas se na cidade isso ocorreu e por quais motivos, bem como se, em algum momento, receberam um salário menor pelo fato de serem mulheres. As respostas mostraram que, de forma geral, se sentem

mais valorizadas na cidade justamente pelo fato de possuírem um trabalho remunerado e que isso reflete no seu valor perante a sociedade que passa ao menos a enxergá-las. “Eu acredito que sim, porque você acaba recebendo um dinheiro só seu e parece que as outras pessoas veem que você está trabalhando, sabe? Mas eu acho que nunca ganhei menos por ser mulher, não, meus trabalhos eram sempre de um salário” (ENTREVISTADA 9, 31 anos).

Eu acredito que ele é mais valorizado porque faz diferença na vida de outras pessoas, né? Aí essas pessoas enxergam isso. Mas em relação ao preconceito por ser mulher, não, só por idade. Como comecei a trabalhar cedo nessa área financeira, é difícil você ganhar credibilidade, mas pela idade acredito, não por ser mulher. Isso acontece mais em cidade grande, eu acredito. A mulher na cidade grande tem mais dificuldade de ingressar no mercado de trabalho por conta da família, não ter alguém para apoiar, aqui não (ENTREVISTADA 4, 28 anos).

Eu acredito que sim, porque as pessoas parecem que reconhecem mais, falam mais de tudo com você, porque se tem alguma pergunta que envolve dinheiro, se você não trabalha, parece que já vai direto perguntar para o pai ou o marido, e na roça, se você faz os serviços para família, geralmente você não ganha. Agora se eu já ganhei menos por ser mulher eu não sei. (ENTREVISTADA 14, 45 anos).

Nenhuma delas disse ter recebido um salário menor por ser mulher, o valor que recebiam era pela natureza do trabalho. Mas, muitas disseram sem perceber, por vezes, que o trabalho subvalorizado implicitamente já é associado e ofertado à mulher. As entrevistadas também foram enfáticas em dizer que na cidade existem mais opções de trabalho para mulher, por toda experiência que vivenciaram no campo de falta de oportunidade de obter algum tipo de renda com seu trabalho.

As relações de trabalho na cidade acabam atribuindo novos significados na vida da mulher que veio do campo: as convivências se alteram, a autonomia, a independência e a confiança. O trabalho das mulheres contribui para o desenvolvimento do espaço urbano, seja pelo seu papel produtivo, para aquelas que trabalham com remuneração e se tornam consumidoras em potencial, ou como aquelas que trabalham em casa e possibilitam que outros membros da família trabalhem fora do ambiente familiar. Assim, torna-se importante compreender o espaço que as mulheres ocupam nas cidades, partindo do princípio que as esferas pública e privada atribuem diferentes papéis para homens e mulheres.

A mudança socioespacial na vida das mulheres que migraram

Depois de se compreender mais sobre como o processo ocorreu na visão das entrevistadas, é importante analisar quais suas relações com o novo espaço que passaram a

viver, quais condições de trabalho e oportunidades encontram na cidade após a migração e se seus papéis socioespaciais se alteram.

A definição dos papéis sexuais e as configurações entre as esferas pública e privada estabeleceram lugares distintos para homens e mulheres. Confinaram as mulheres à esfera doméstica, privando-as do acesso ao saber, ao poder, ao prestígio e aos valores culturais que ainda continuam como prerrogativas masculinas (CALIÓ, 1997).

Nem todos os homens e mulheres estão nessas posições pré-definidas, mas, para que as mulheres participem da esfera pública, é preciso lidar com os vínculos que lhe são impostos pelas responsabilidades na esfera privada dessa divisão, assim como a noção de domesticidade e feminilidade (BIROLI, 2018). “Essa dicotomia entre o espaço público e privado, fruto de uma visão masculina, moderna e eurocentrada de ciência obscurece a compreensão da importância do gênero no processo de produção científica na geografia brasileira” (SILVA; CESAR; PINTO, 2015, p. 185). Os reflexos dessa divisão impactaram os estudos urbanos.

A distinção das esferas públicas e privadas, alterando relações sociais entre homens e mulheres, priorizando o mundo público - político e econômico - aos homens e o mundo privado - doméstico e íntimo - às mulheres, sexou a cidade. E os estudiosos urbanos tiveram dificuldade em fazer essa nova leitura. Isso implicou na negação da esfera do privado, das atividades domésticas, e mesmo das atividades das mulheres. É o que chamamos de “invisibilização” das mulheres na multidão urbana. Elas estão lá, importantes para o cenário mas insignificantes para a cena (CALIÓ, 1997, p. 04).

Quando se separa os dois espaços, o espaço privado acaba sendo negligenciado. Nas relações de trabalho, eles não podem ser compreendidos como separados porque um compõe o outro. Contudo, a visão dicotômica entre os espaços públicos e o privado “concebe modelos de interpretação da realidade socioespacial que produz privilégio masculino e ainda obscurece grande parte dos mecanismos capazes de visibilizar a realidade feminina” (SILVA; CESAR; PINTO, 2015, p. 199). Essa dicotomia implica na divisão sexual do trabalho desigual para as mulheres.

Dessa forma, considerando apenas o espaço público como válido para o desenvolvimento dos espaços urbanos, ignora-se a totalidade do trabalho da mulher para a cidade, quando exclui o seu trabalho não remunerado no espaço privado. “Excluindo-se a combinação patriarcado/capitalismo no sistema urbano, exclui-se a real existência da mulher na cidade” (CALIÓ, 1997, p. 05).

É através da espacialidade que cada grupo constrói culturalmente os papéis sociais que homens e mulheres devem desenvolver. Todas as ações são desenvolvidas por um corpo

e um espaço, e cada papel social tem suas relações específicas, o que constrói diferentes arranjos espaciais. Assim, a diferença de deslocamento de homens e mulheres também estará associada aos papéis de gênero (ORNAT; SILVA, 2007).

Quando se observa os espaços frequentados pelas mulheres entrevistadas em Muzambinho, percebe-se que muito da espacialidade delas na cidade ocorre em razão das idas aos supermercados- por 14 mulheres, que são lugares que atendem à necessidade de alimentação, ao mesmo tempo em que são locais de estímulo ao consumo. Em seguida, vem o trabalho que, na maioria dos casos, é fora do âmbito familiar, como citado por 9 das entrevistadas. Assim, reforça-se a ideia de que o trabalho é uma das primeiras formas de liberdade de transitar pelo espaço na cidade, que elas não tinham no campo. Depois, vem a visita na casa de amigos, citada por 8 entrevistadas, o que demonstra que, na cidade, essas mulheres também criaram laços afetivos.

Outro local que recebeu destaque em 5 das falas das entrevistadas foi o consultório médico, especialmente pelas mulheres mais velhas que, geralmente, apresentam mais problemas de saúde que as mais jovens, que exigem mais consultas e realização de exames de rotina. Essas mulheres são as que mais frequentam também as igrejas, e relataram que já tinham tradição de participar de atividades religiosas no campo.

Quando questionadas sobre o tipo de lazer a que possuem acesso na cidade, as respostas foram basicamente as mesmas dos espaços que frequentam cotidianamente, então, o fato de ir à casa de um/a amigo/a, de um/a vizinho/a ou ir à uma lanchonete, já é considerado como lazer. Algumas até citaram que o supermercado funciona como um espaço de lazer, por não saírem muito de casa. Sobre a diferença de espaços frequentados por homens e mulheres na cidade, a maioria das entrevistadas relatou não sentir diferença, embora algumas situações tenham sido citadas, como o preconceito contra mulher que frequenta bares e estabelecimentos culturalmente taxados de masculinos, como oficinas mecânicas.

Hoje parece que não. As mulheres antes não podiam ir a bar, senão ficava mal falada. Hoje as mulheres vão a todos os lugares. Só minha filha que falou, esses tempos, que foi levar carro no mecânico e sentiu que ele passou ela pra trás por ser mulher, cobrou mais cara um serviço simples, como se ela não fosse entender. (ENTREVISTADA 2, 61 anos).

Olha, hoje eu penso que não tenha tanta essa diferença. Antigamente, acho que a mulher sofria mais, pelo que vejo o que a mãe, a vó conta. Mas, assim, como meu marido trabalha viajando de motorista, quando ele não está e preciso ir no mecânico ou num posto abastecer, eu sinto uns olhares estranhos. No mecânico, como se eu não soubesse nenhuma peça do carro. No posto, como se eu não fosse dar conta de fazer a manobra pra sair, mal sabem eles que dirijo até trator! (Risos). (ENTREVISTADA 19, 38 anos).

Para Calió (1997, p. 05), é exatamente o que acontece com a mulher vivendo uma falsa impressão de igualdade de uso e de mobilidade urbana. “Ignorar a relação patriarcado/capitalismo como um sistema integrado de dominação social, fazendo desaparecer a divisão sexual do trabalho, é o que caracteriza a invisibilidade da mulher nos estudos urbanos”. Assim, algumas lutas femininas representam mais que causas isoladas.

As lutas das mulheres por creches, educação não-sexista nas escolas, trabalho igual salário igual, formação profissional, grupos de saúde e sexualidade, aborto, contracepção, grupos antiviolença, SOS-mulheres, delegacias de defesa da mulher, casa de refúgio para mulheres vítimas de violência, centros de atendimento jurídico e social, casas de mulheres, grupos culturais, livrarias, editoras, etc. São, antes de mais nada, lutas pelo direito à cidadania e à cidade (Ibidem, p. 07).

As entrevistadas também foram questionadas se sentem que são importantes para a cidade, se o reconhecimento é diferente do que tinham no campo. As respostas variaram entre aquelas que sentem que todas as mulheres são importantes nos dois espaços, mas não são reconhecidas e aquelas que, mesmo na cidade, tendo emprego remunerado ou exercendo o trabalho reprodutivo, não conseguem visualizar que são peças fundamentais na organização do espaço urbano, como nos relatam essas entrevistadas: “Eu acho que sou importante sim! Agora o reconhecimento da mulher de forma geral é muito pouco. A mulher trabalha muito tanto no campo quanto na cidade, mas parece que ninguém vê” (ENTREVISTADA 3, 55 anos). “Eu vejo que na cidade eu tenho um pouquinho mais de reconhecimento sim, mas não sinto que seja assim importante para a cidade” (ENTREVISTADA 18- 26 anos).

As mulheres também foram questionadas se, por alguma razão, têm vontade de voltar a viver no campo ou se mudar de cidade. Quanto a mudar de cidade, nenhuma das entrevistadas enxerga essa opção, por realmente gostarem de viver em Muzambinho. Já sobre a volta para o campo em algum momento da vida, apenas 2 entrevistadas cogitaram essa possibilidade. As demais disseram que não. Entre os motivos para permanecerem na cidade, apareceram nas falas: traumas do passado, boa adaptação à cidade, sua idade avançada ou por simplesmente não ser um desejo pessoal. Algumas delas gostariam de ter uma casa no campo novamente só para lazer aos fins de semana. Porque muitas entrevistadas, quando questionadas se elas enxergam diferença entre ser uma mulher no campo ou na cidade, a maioria disse que não (70%).

Nesse sentido, os motivos foram mais relacionados à visão de mundo, valores, características subjetivas de cada uma, ou percepções de que hoje o campo já oferece

condições de vida parecidas com a cidade. Aquelas que apontaram diferenças, foram em relação a mais oportunidades de trabalho, reconhecimento e independência financeira maior na cidade, como relatado por essas: “Estar na cidade acaba me permitindo fazer mais coisas que eu gostaria de fazer no quesito profissional e de oportunidades, mas de capacidade, de determinação, isso é igual” (ENTREVISTADA 4, 28 anos). “Hoje não tem não, antigamente tinha porque era muito mais difícil para a mulher do campo. ela não tinha o dinheiro dela, né? Ai ficava mais dependente do pai, do marido. Não tinha, às vezes, como sair de casa, hoje a mulher sai, estuda, né?” (ENTREVISTADA 2- 61 anos). “Acho que não, viu? Porque no campo e na cidade a mulher trabalha e trabalha muito, demais, a gente vê isso nos dois lugares, então acho que não, só se você nascer com uma condição melhor, que acho que pode ter mais diferença, de resto não.” (ENTREVISTADA 15, 57 anos).

De todas as maneiras, como foi visto, as mulheres trabalham, produzem e reproduzem espaços. O que se pode afirmar como necessário e desafiador na produção científica, então, é não as vitimizar. É necessário, também, compreender todas as dinâmicas que se passam com aquelas que vivem e trabalham no campo, e com as que migram do campo para cidade, para ser um começo para o reconhecimento e a superação das desigualdades existentes.

Desse modo, quando as discussões sobre mulheres atingirem os espaços políticos e educacionais e questionarem os velhos conceitos, mudanças na vida e na significação do trabalho e dos papéis socioespaciais das mulheres serão realizadas. É algo que não se pode esperar mais.

Considerações finais

Assim, foi visto que as relações entre o campo e a cidade são estreitas no município, com uma ruralidade ainda muito presente na cidade, tanto nos aspectos econômicos, já que Muzambinho tem expressividade na produção do café desde sua fundação, como nos aspectos culturais, com muitos costumes e tradições do campo presentes no espaço urbano. É uma cidade pequena com relações interpessoais muito acentuadas e com muitos moradores que vieram do campo, que possuem familiares que ainda permanecem no campo. Por conta disso, o rural fica em evidência na vida da maioria da sua população porque faz parte da história de cada um.

Quando se questionou às mulheres sobre isso, foi possível perceber que não existe e nunca existiu oportunidades de trabalho para as mulheres no campo de maneira remunerada

que não fossem na época da colheita de café. Mesmo sendo as entrevistadas de diferentes idades e períodos de vivência no campo, a falta de reconhecimento e de oportunidades para mulher no campo sempre foi a realidade. Esse fato não significa que as mulheres não sejam capazes de realizar certos tipos de atividades. É a existência de toda uma estrutura patriarcal vista que, desde a infância, atribui à mulher o papel reprodutivo, de cuidado da casa e dos filhos, que acaba sendo reproduzido pela sociedade e pelas instituições.

Ficou evidente na pesquisa também que as condições de vida para as mulheres do campo, especialmente para as mais velhas, foi um impedimento para prosseguirem os estudos. Outras, que tiveram condições melhores, migraram justamente para concluir o ensino fundamental ou médio e poucas seguiram no ensino superior. Muitas, por não terem tido essa oportunidade, optaram pela mudança para cidade pensando na educação dos filhos, o que faz refletir também sobre as condições ainda desiguais do ensino no campo, os preconceitos sociais, a falta de infraestrutura e a omissão do Estado. As principais razões pelas quais as mulheres migraram para cidade em Muzambinho, seja com as famílias, como na maioria dos casos da pesquisa, seja individualmente, foram a busca de oportunidades de trabalho e estudo.

Na cidade, a maioria das entrevistadas realmente conseguiu se inserir no mercado de trabalho, principalmente na área do comércio, como atendentes em lojas; como domésticas; e algumas como costureiras e autônomas. Como ocorre em grande parte do país, os serviços mais subvalorizados são responsáveis por absorver aquelas pessoas que não possuem um alto nível de escolaridade e estão em busca de emprego. Aquelas que conseguiram abrir seu comércio foram as que tiveram mais chance de seguir com os estudos e as que já possuíam uma condição financeira melhor no campo. Muitas relataram preconceitos que sofreram quando chegaram à cidade, além de seus medos e inseguranças, mas sempre com uma vontade de vencer maior.

A responsabilidade sobre as tarefas domésticas não se alterou quando as mulheres migraram para a cidade. Aquelas que mudaram com suas famílias continuaram sendo as principais responsáveis pelo trabalho de casa e organização do lar. A espacialidade dessas mulheres acabou sendo maior do que no campo. Na cidade, o fato de saírem de casa para trabalhar ou irem fazer entregas na casa de clientes, de fazerem compras, irem à igreja, terem espaço adequado para fazer caminhadas, irem a lanchonetes, à casa de amigos, alterou a relação socioespacial dessas mulheres. A diferença de idade das entrevistadas também alterou alguns dos espaços frequentados, sendo aquelas que trabalham fora do ambiente familiar as

que mais circulam pela cidade e, as mulheres aposentadas, as que saem com menos frequência.

Mesmo encontrando trabalho na cidade, os papéis socioespaciais continuam desiguais para as mulheres na cidade. Houve mudanças, mas a mulher ainda continua com sobrecarga de trabalho e com falta de reconhecimento da sociedade e de valorização do trabalho. Os espaços frequentados pela maioria ainda dizem respeito às atribuições do lar, e ainda hoje elas encontram espaços que colocam em questão sua postura e sua capacidade.

Por fim, é importante constar que todas as mulheres entrevistadas tinham uma visão abrangente e até surpreendente de suas vivências, embora algumas carregadas de mais traumas e ensinamentos. Trouxeram consigo para a cidade muitas tradições e memórias e não apagaram suas experiências no campo. Deixaram claro, em sua maioria, que não são mulheres diferentes no campo e na cidade, já que foram as condições de trabalho e alguns papéis socioespaciais que se alteraram.

Referências

- ARAÚJO, Letícia Almeida. **Do campo à cidade: Os papéis socioespaciais e as relações de trabalho das mulheres em Muzambinho-MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas. Alfenas. 2021. 177f.
- BARBIERI, Mauro et al. Aspectos técnicos, sociais e econômicos dos cafeicultores do município de Muzambinho. In: Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras, Poços de Caldas, 2011. **Anais CBPC 2011**. Disponível em : http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/6228/321_37-CBPC-2011.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: jul. 2022.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, Jan.-jun./2008, p. 6-17. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1396-4020-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- CALIÓ, Sonia Alves. **Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano**. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, Resúmenes. Observatório Geográfico, v. 1, 1997. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografia cultural/737.pdf>. Acesso em 20 jul. 2022.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DAMIANI, Amélia Luisa. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amália Inês Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba: Ed. UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>. Acesso em 20 jul. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de Influência das Cidades: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 192 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**: produção agrícola municipal, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**: Muzambinho, dados estatísticos 2020.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e migrações- Trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 14, núm. 26- 27, 2006, p. 151- 166.

MAGALHÃES, Luciano Otávio Camargo Sales. **O papel da educação e do Lyceu dirigido pelo prof. Salathiel de Almeida na configuração do contexto geopolítico, social e econômico de Muzambinho (MG)**. 2008. 553f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

OLIVEIRA, Kenny Delmonte; ALMEIDA, Keylla Lopes de; BARBOSA, Thiago Leite. **Amostragens probabilística e não probabilística: técnicas e aplicações na determinação de amostras**. Universidade Federal do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro, 2012.

ORNAT, Márcio José; SILVA, Joseli Maria. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa-Paraná. **Revista de História Regional** 12(1): 175-195, Verão, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

SANTOS, Roseli Alves dos. Mulheres e Geografia – Reflexões Pertinentes? **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 227-242, mai.-ago., 2020. Disponível em: [10.35416/geoatos.v3i18.7965](https://doi.org/10.35416/geoatos.v3i18.7965). Acesso em: 20 jul. 2022.

SILVA; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveir; PINTO, Vagner André Moraes. Gênero e Geografia brasileira: Uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**., p. 185-200, V.11, n.15, jan-jun.2015

SOUZA, Celso Antônio Spaggiari; FREITAS, Rita de Cássia Santos. Família, terra e trabalho: modos de vida nos cafezais de montanha do sul de Minas Gerais. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 18, n.1, p.64 - 80, jul./dez. 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: Cidades médias e pequenas no processo da urbanização. **Geografia**, Rio Claro, v.35, n.1, p.51-62, 2010.

VINUTO, Juliana. A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago./dez. 2014.